



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 29891/13

Rubrica: _____

PROCESSO Nº: 29891/13-e

ORIGEM: Secretaria de Saúde

ASSUNTO: Aposentadoria

EMENTA: Aposentadoria. Acumulação de cargos. Esclarecimentos acerca da compatibilidade horária e da natureza do cargo (se de profissionais de saúde). Diligência. Cumprimento parcial. Decisão 111/18. Solicitação de novos documentos e abertura de prazo para que a servidora apresentasse defesa. Nesta fase: análise das justificativas. Unidade Técnica pela improcedência da defesa. Determinação à jurisdicionada. Pela notificação da servidora para fazer opção por um dos cargos. Aquiescência do Órgão Ministerial. Voto convergente, com ajustes nos prazos fixados para cumprimento da diligência.

Cuidam os autos de aposentadoria voluntária de **Reginete de Lima**, no cargo de Auxiliar de Saúde, Classe Única, Padrão XX, com proventos integrais calculados com base na última remuneração e paridade, nos termos do art. 3º da EC nº 47/05, conforme extratos constantes do SIRAC.

Por meio da **Decisão 111/18**, o Tribunal deliberou o seguinte:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da reiteração de diligência apresentada pela SEFIPE; II – reiterar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que cumpra, no prazo de 30 (trinta) dias, a Decisão nº 2.481/2017, vazada nos seguintes termos: “notificar a servidora Reginete de Lima para, querendo, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da aludida notificação, apresentar razões de defesa junto a este Tribunal, com vistas a comprovar a litude da acumulação, a teor do disposto no art. 37, inciso XVI, da CF e no art. 17, § 2º, do ADCT, do cargo na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal com aquele de Matrícula SIAPE 440753, exercido na Imprensa Nacional, ante a possibilidade de a Corte considerar ilegal sua aposentadoria ou ordenar que faça opção entre uma e outra aposentadoria, atentando, ainda, que deverá demonstrar que o cargo exercido na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (Auxiliar Operacional de Serviços Diversos – AOSD – Enfermagem e, posteriormente, Auxiliar de Saúde) e aquele exercido na Imprensa Nacional têm natureza de cargo privativo de profissional de saúde, bem como que havia compatibilidade horária no exercício acumulado dos dois cargos, principalmente nos últimos 5 (cinco) anos em que houve a acumulação, encaminhando, para tanto, os documentos que julgar pertinentes”; III – alertar o titular da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, inciso IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o § 3º do art. 272 do Regimento Interno do TCDF, caso a nova determinação não seja atendida; IV – autorizar o retorno dos autos à



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 29891/13

Rubrica: _____

Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para a adoção das providências de sua alçada."

Em atenção à decisão acima, a jurisdicionada noticiou a juntada de documentação à Aba "Anexos e Observações" do SIRAC comprovando que a servidora Reginete de Lima foi devidamente notificada.

Na manifestação de sua alçada, a Unidade Técnica assim sintetizou as razões de defesa da referida servidora:

*48. Das **RAZÕES DE DEFESA** apresentadas, extraem-se os seguintes argumentos:*

a) o exercício do trabalho de auxiliar de enfermagem foi regulamentado pela Lei nº 7.498/86(art. 8º, inciso I), a mesma que dispõe sobre o exercício de enfermagem, sendo portanto profissão devidamente regulamentada;

b) sempre agiu de boa-fé;

c) na SES suas funções eram: "- admissão do paciente;

- aferição de seus sinais vitais;

- orientação do paciente quanto a higiene e conforto;

- preparação de leitos;

- encaminhamento interno e externo de pacientes para exames;

- auxiliar a equipe de enfermagem;

- organizar e manter o ambiente limpo;

- organização de material e reposição dos mesmos;

- auxiliar os enfermeiros nas rotinas administrativas diárias, como execução de relatórios; - auxiliar na preparação do paciente após o óbito".

d) "9.3 - Quanto ao Órgão Público Presidência da República - Imprensa Nacional, a Requerida foi contratada no cargo de Agente Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte, na ESPECIALIDADE DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com 40 horas semanais conforme contrato de trabalho anexo. 9.4 - Em que pese o CARGO de contratação ser denominado de "Agente Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte", o trabalho da requerida durante todo o período em que manteve o seu vínculo com a Imprensa Nacional foi de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, isso porque, não só ela mas todos os profissionais de saúde e outros como advogados, foram contratados à época na Agente Analista de Sistemas, Gráficos, Físico e de Suporte, mas para exercerem outras funções, em razão da Imprensa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 29891/13

Rubrica: _____

Nacional não ter à época, como não tem até hoje um quadro específico de planos de cargos e salários";

e) no tocante à compatibilidade de horários afirmou que "11 - Durante todo o período em que laborou nas funções tanto dentro da Secretaria Estadual de Saúde do Distrito Federal como na Imprensa Nacional a Requerida sempre trabalhou nos horários estabelecidos em seus contratos de trabalho sem que houvesse qualquer INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIO, isso porque junto a Secretaria de Saúde, como já dito antes e na forma da documentação acostada como prova, a mesma laborava em escala de plantão de 30 horas semanais, ou seja, nos horários noturnos das 19:00 as 07:00h, e/ou uma manhã ou uma tarde no sábado ou no domingo de acordo com a escala mensal. 11.1 - Quanto ao horário de trabalho na Imprensa Nacional a mesma laborou 40 horas semanais ou seja, das 08:00 as 17:00 horas, de segunda a sexta-feira com uma hora de intervalo. Ficando claro que os horários não eram incompatíveis, como nunca foram. (...) 13 - A Requerida não tem como apresentar qualquer tipo de folha de ponto de trabalho relativo a todo o período laborado para os dois órgãos governamentais, pois quem tem a posse e a guarda desses documentos são os respectivos órgãos e não ela. 14 - **A Requerida impugna as folhas de ponto apresentadas e confrontadas que supostamente apresentam choques de horários, uma vez que as mesmas, não fazem jus a verdade real da situação da mesma**". (Grifo nosso);

f) "ainda que se admitisse o suposto choque de horários ou a suposta impossibilidade de existir duas aposentadorias em razão de a Requerida não se encontrar dentro das ordenanças exaradas pela Carta Magna, deve-se no caso respeitar a ocorrência da prescrição para o fato, na forma do artigo 54 da Lei 9784/99";

g) *declaração da Imprensa Nacional de que a servidora cumpria carga de 40 horas semanais como auxiliar de enfermagem e da SES de que a servidora cumpria carga horária de 30 horas semanais em regime de escala de plantão.*

Quanto ao exame de mérito, destaco os seguintes excertos da manifestação do Corpo Técnico:

"49. Verifica-se que a questão da prescrição já foi afastada conforme §13 desta Informação.

50. Com relação à possibilidade de acumulação dos proventos decorrentes dos cargos de Auxiliar de Saúde (antigo AOSD - enfermagem) na SES com o de Agente Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte, na Especialidade de Auxiliar de Enfermagem na Imprensa Nacional, a servidora argumenta que as atividades eram de fato inerentes à área de saúde.

51. Além dos processos mencionados no §15, deve-se mencionar que existem processos desta Casa, como, por exemplo, o Processo nº 5498/16 (Ato SIRAC nº 5991-7), onde o Tribunal considerou lícita a acumulação dos cargos de AOSD na esfera federal com auxiliar de enfermagem na SES, por meio da Decisão nº 3313/17, in verbis:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 29891/13

Rubrica: _____

(...)

52. De toda sorte, as discussões travadas naqueles Autos de nº 5498/16, frisa-se, divergem do caso ora analisado, vez que lá se autorizou a equiparação de AOSD enfermagem da área federal com cargos de auxiliar de enfermagem, tendo em vista o disposto no art. 23 da Lei federal nº 7.498/86. Não existe essa equiparação para os AOSD distritais (vide §15 desta Informação). Ademais, mesmo que se considerasse possível estender tal equiparação aos AOSD distritais, a fim de possibilitar a acumulação entre os dois cargos, não se eliminaria a necessidade de comprovação da compatibilidade horária.

(...)

57. De toda sorte, a acumulação de proventos é ilícita, independentemente da questão da incompatibilidade horária constatada na amostra apresentada, vez que os cargos de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (AOSD) – Enfermagem da esfera distrital e Agente Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte - Auxiliar de Enfermagem da esfera federal não são acumuláveis, conforme discutido nos processos TCDF mencionados no §15 desta Informação.

CONCLUSÃO

58. Diante do exposto, sugere-se conhecer e negar provimento à defesa apresentada e noticiada no §48.

59. Além disso, diante da impossibilidade legal de acumulação dos cargos, sugere-se seja considerada ilegal a acumulação de proventos, devendo a servidora fazer a opção por uma das aposentadorias.”

Desse modo, a Unidade Técnica formulou as sugestões abaixo:

I) ter por cumprida a Decisão nº 111/18;

II) conhecer e negar provimento à defesa apresentada pela servidora;

III) determinar à Jurisdicionada que, no prazo de 60 (sessenta) dias:

a) notifique a servidora para que, em 30 (trinta) dias, faça a opção entre as aposentadorias da esfera federal e da SES/DF, alertando-a que, na falta dessa opção, poderá ter seu pagamento suspenso;

b) após decorrido o prazo estipulado na alínea anterior, caso não seja feita a opção, suspenda o pagamento à servidora;

c) informe ao Tribunal sobre as medidas adotadas.

Ouvido nos autos, o Parquet especial acolhe as sugestões da Instrução, conforme Parecer 0993/2018–CF.

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 29891/13

Rubrica: _____

V O T O

Cuidam os autos de aposentadoria voluntária de **Reginete de Lima**, no cargo de Auxiliar de Saúde, com fundamento no art. 3º da EC nº 47/05 e conforme extratos constantes do SIRAC.

Na última assentada, o Tribunal, nos termos da Decisão n.º 111/18, determinou à Secretaria de Saúde que notificasse a servidora para apresentar razões de defesa junto ao Tribunal com vistas a comprovar a licitude da acumulação do cargo de Auxiliar Operacional de Serviços Diversos (AOSD – Enfermagem, posteriormente Auxiliar de Saúde), exercido na Secretaria de Saúde, com o cargo de Agente Analista de Sistema, Gráficos, Físicos e de Suporte – Auxiliar de Enfermagem, exercido na Imprensa Nacional, de forma a demonstrar que tais cargos são privativos de profissionais de saúde e que havia compatibilidade de horário.

Na tentativa de justificar a regularidade da acumulação dos cargos antes mencionados, a defendente alegou que o exercício do trabalho de auxiliar de enfermagem foi regulamentado pela Lei n.º 7.498/86 (art. 8º, inciso I), a mesma que dispõe sobre o exercício de enfermagem, sendo, portanto, profissão devidamente regulamentada.

Verifico, contudo, que a interessada não comprovou que os cargos por ela ocupados eram **privativos de profissionais de saúde**, conforme exigido pelo art. 17, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT¹.

Conforme indicado pela Unidade Técnica, o egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDFT já teve a oportunidade, em mais de uma ocasião, de posicionar-se pela ilegalidade da acumulação do cargo Auxiliar Operacional de Serviços Diversos – **AOSD** com outro cargo público, visto que o AOSD não deriva de profissão regulamentada e não é considerado privativo de profissional de saúde. Nesse sentido são os Acórdãos n.ºs 666878, 813371, 621738 e 763248, destacando-se a seguinte ementa desse último:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (AOSD) – PATOLOGIA CLÍNICA E TÉCNICO DE LABORATÓRIO. CARGO DE AUXILIAR NÃO PRIVATIVO DE PROFISSIONAL DE SAÚDE. REQUISITOS CONSTITUCIONAIS NÃO OBSERVADOS.

¹ Art. 17. Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título. (Vide Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

§ 1º É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de médico que estejam sendo exercidos por médico militar na administração pública direta ou indireta.

§ 2º É assegurado o exercício cumulativo de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde que estejam sendo exercidos na administração pública direta ou indireta.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 29891/13

Rubrica: _____

1. *De acordo com o artigo 37, XVI, 'c', da Constituição Federal, é permitida a cumulação de dois cargos públicos pelos profissionais da área de saúde, com profissões regulamentadas e compatibilidade de horários.*
2. *Conquanto a profissão de Técnico de Laboratório, devidamente regulamentada, seja privativa de profissionais da saúde, o mesmo não pode ser dito acerca da profissão de Auxiliar de Saúde (AOSD – Patologia Clínica) que, em observância às atividades desempenhadas e ao nível de escolaridade exigido pela Lei n. 3.320/04, não pode ser considerada privativa de profissional da saúde, revelando-se ilegal a acumulação dos cargos públicos ocupados pela impetrante.*
3. *Recurso de Apelação conhecido e não provido”.*

Nessa mesma linha de entendimento, esta Corte de Contas se manifestou nos processos a seguir listados:

- **Processo n.º 26.073/05:** acumulação, por instituidora de pensão, do cargo Assistente Intermediário de Saúde I (transformado no cargo de Auxiliar de Saúde, vide arts. 2º e 6º, III, da lei nº 3320/04) – AOSD – Enfermagem com o cargo de Auxiliar de Administração Pública, na antiga Secretaria de Administração, resultando em opção do pensionista por um dos benefícios;
- **Processo n.º 4904/95:** Decisão nº 5928/00 determinou que ocupante do cargo de Assistente Básico de Saúde (também transformado no cargo de Auxiliar de Saúde, vide arts. 2º e 6º, III, da lei nº 3320/04) optasse entre a aposentadoria no cargo da SES/DF e aquela concedida no cargo de Agente de Educação/Vigilância da Fundação Educacional do Distrito Federal, culminando na anulação da aposentadoria no cargo de Assistente Básico de Saúde;
- **Processo n.º 7162/96:** acumulação do cargo Assistente Intermediário de Saúde I – AOSD com o de Auxiliar de Administração Pública. Decisão nº 5208/07 determinou à SES/DF que esclarecesse se o cargo exercido naquela Secretaria teria a natureza de cargo privativo de profissional de saúde. Decisão nº 1999/11 tomou conhecimento da anulação da aposentadoria da servidora no cargo da SES/DF.

Quanto à **compatibilidade de horário**, a defendente sustentou que sempre trabalhou nos horários estabelecidos em seus contratos de trabalho; que trabalhava na Secretaria de Saúde em escala de plantão de 30 horas semanais, em horário noturno (das 19:00 às 07:00h) e/ou uma manhã ou uma tarde no sábado ou no domingo, o que permitiria conciliar com as 40 horas semanais (de 08:00 às 17:00h) na Imprensa Nacional; que não tem como apresentar as folhas de pontos dos últimos 5 anos em que houve acumulação, afirmando que a guarda de tais documentos cabe aos órgãos em que laborou; que contesta as folhas de pontos utilizadas pela Unidade Técnica para demonstrar a sobreposição de horários, pois as mesmas não retratariam a real situação da servidora.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:
Processo: 29891/13
Rubrica: _____

As alegações da Sra. Reginete de Lima não merecem prosperar nesse ponto.

Consoante apontado pela Unidade Técnica nos §§ 21 a 30 da Instrução (Peça 56), a análise das folhas de ponto de janeiro a junho de 2010 e de setembro de 2011 a agosto de 2012, incluídas na Aba Anexos e Observações do SIRAC, revelou que somente foi possível verificar a compatibilidade horária nos meses de jan/10, mai/10, set/11, nov/11, dez/11 e jan/12. Nos demais meses foram constatados choques de horário, carga horária excessiva e escassos intervalos para repouso.

Não procede a afirmação da defendente de que não teria acesso às folhas de ponto dos últimos 5 anos em que houve acumulação, as quais estariam sob a guarda dos órgãos empregadores. Os documentos são públicos, de interesse da servidora e devem ser disponibilizados com base no princípio da publicidade, da transparência e na Lei de Acesso à Informação.

As folhas de ponto examinadas pelo Corpo Técnico estão rubricadas pela servidora e assinadas pelas chefias imediatas, mostrando-se descabida a afirmação de que os documentos em tela não retratariam a sua real situação.

Com essas considerações, tenho por improcedente a defesa ora em apreço, vez que a Sra. Reginete de Lima não logrou êxito em comprovar que os cargos por ela ocupados eram privativos de profissionais de saúde e poderiam ser acumulados, e nem a compatibilidade horário no exercício dos dois cargos.

Desse modo, a servidora deverá ser notificada para fazer a opção entre a aposentadoria da Imprensa Nacional e a da Secretaria de Saúde. Contudo, irei promover ajustes nos prazos sugeridos pela Instrução, fixando 30 (trinta) dias para que a jurisdicionada providencie a citada notificação e, nos termos do art. 48² da LC n.º 840/11, 10 (dez) dias improrrogáveis para a servidora apresentar a opção.

Ante o exposto, em concordância com as manifestações dos Órgãos Técnico e Ministerial, as quais adoto como razões de decidir, e com os ajustes redacionais que faço, **VOTO** por que este egrégio Plenário:

- I – tenha por cumprida a Decisão n.º 111/18;
- II – tome conhecimento da defesa apresentada pela Sra. Reginete de Lima em atenção à Decisão n.º 111/18, para, no mérito, considerá-la improcedente;
- III – determine à Secretaria de Saúde que, no prazo de 30 (trinta) dias:

² Art. 48. Verificada, a qualquer tempo, a acumulação ilegal de cargos, empregos, funções públicas ou proventos de aposentadoria, o servidor deve ser notificado para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência da notificação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

TCDF - GCMA

Folha:

Processo: 29891/13

Rubrica: _____

- a) notifique a servidora indicada no item anterior para que, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, conforme art. 48 da LC n.º 840/11, faça a opção entre as aposentadorias da esfera federal e da SES/DF, alertando-a que, na falta dessa opção, poderá ter seu pagamento suspenso;
- b) após decorrido o prazo estipulado na alínea anterior, caso não seja feita a opção, suspenda o pagamento à servidora;
- c) informe o Tribunal sobre as medidas adotadas;

IV – retorne o feito à Unidade Técnica para os devidos fins.

Brasília, em 27 de novembro de 2018.

MANOEL DE ANDRADE

Relator